

O ANÚNCIO DA “REDUÇÃO” DE 600 A 900 TRABALHADORES E DE 77 AGÊNCIAS DO BANCO MONTEPIO FEITO NUM COMUNICADO AOS TRABALHADORES POR CARLOS TAVARES E PEDRO LEITÃO E A SITUAÇÃO DO GRUPO MONTEPIO

Depois deste anúncio e das razões da redução tantos trabalhadores e agências é já evidente para toda a gente as consequências da gestão ruínosa das administrações de Tomás Correia que deixou uma pesada herança de destruição de valor e de créditos de difícil cobrança que, durante anos, muitos não acreditavam apesar de alertarmos associados, trabalhadores, supervisores e o governo desde 2013, mas que nada fizeram para evitar. Para além disso é também clara, a incapacidade da atual administração para dar a volta à situação herdada, assim como a passividade e falta de iniciativa do acionista (a administração da Associação Mutualista) para encontrar uma solução para a atual situação pois está à espera de um milagre que nunca chegará

QUANDO OS MEDIA FALAM QUE O BCP SE OFERECIU PARA “ENGOLIR” O BANCO MONTEPIO (Expresso de 26/9/2020), **QUE LEVARIA À ESTRUIÇÃO DO MONTEPIO E TERIA CONSEQUÊNCIAS GRAVES PARA ASSOCIADOS E TRABALHADORES, É NECESSÁRIO LEMBRAR AS RESPONSABILIDADES DOS SUPERVISORES E DO GOVERNO**

Em primeiro lugar, pois a memória é muitas vezes curta, é preciso ter a coragem de dizer (lembrar) que se a Caixa Económica (CEMG), agora Banco Montepio, e a Associação Mutualista chegaram à situação difícil em que se encontram isso também se deve à ausência de intervenção dos supervisores e do governo que, apesar de alertados, permitiram a Tomás Correia fazer o que quisesse com as poupanças dos associados e não só com elas.

Até 2014, o Banco de Portugal permitiu que existisse **no Montepio um claro conflito de interesses: o presidente do Conselho de Administração da Associação Mutualista, Tomás Correia, era simultaneamente também presidente da Caixa Económica** (os restantes membros do conselho de administração da AMMG também eram da CEMG) **o que permitiu que as poupanças dos associados fossem utilizadas para recapitalizar a CEMG quando foi necessário devido a créditos ruínosos concedidos pela administração de Tomás Correia muitos deles sem qualquer análise rigorosa de risco** (parte significativa da pesada herança, ainda com consequências na situação atual do Banco Montepio, resulta desse período, que uma auditoria confirmaria). Mesmo depois de Tomás Correia ser afastado pelo Banco de Portugal de presidente da Caixa Económica, o Banco de Portugal, embora mais interventivo permitiu, para minha surpresa e de muita gente, que Tomás Correia alterasse profundamente a estrutura de governo do banco - passou de um estrutura dualista para uma monista – e que substituísse um conselho de administração – o presidido por Félix Morgado -e um conselho geral de supervisão que funcionavam efetiva e articuladamente, e que estavam a recuperar, embora lentamente, a CEMG devido à pesada herança deixada por Tomás Correia, por um novo conselho de administração cuja atuação e consequências estão à vista.

Para além disso, é preciso também lembrar que o próprio governo permitiu que Tomás Correia violasse impune e sistematicamente a lei das Associações Mutualistas. O nº 2 do artº 56º do Decreto-Lei 72/90, que transitou para a alínea f) do nº1 do artº 67º do Decreto-Lei 59/2018, dispõe que “ O conjunto das obrigações, das ações, dos títulos de participação ou de outros títulos negociáveis de dívida ou fundos consignados de uma única empresa ou sociedade não podem, em caso algum, representar mais de 10% do ativo de uma associação mutualista”. Competia ao Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança que era e é a entidade que supervisiona a Associação Mutualista fazer cumprir a lei. No entanto, fechou os olhos e deixou que ela fosse sistematicamente violada pela administração de Tomás Correia. Para concluir isso basta ter presente o seguinte. O Ativo Total da Associação Mutualista era, em 2019, de 3.455,6 milhões € (e este valor inclui 833 milhões€ de Ativos por impostos diferidos, que são ativos fictícios) mas a Associação Mutualista tem investido no Capital Social do Banco Montepio 2.420 milhões €, o que corresponde a 70% do seu Ativo, ou seja, 7 vezes mais do que o permitido por lei (sem os Ativos por impostos diferidos aquela percentagem sobe para 92%). Portanto o risco de tão elevada concentração numa única empresa é enorme (uma parcela importante daqueles 2.420 milhões € aplicados pela Associação Mutualista no Banco Montepio já desapareceram devido a uma gestão ruínosa, pois os Capitais Próprios do Banco no fim do 1º semestre de 2020 estavam reduzidos apenas a 1.359 milhões €, ou seja mais de 1000 milhões € tinham sido delapidados fundamentalmente pela gestão ruínosa das Administrações de Tomás Correia). Mesmo depois da ASF passar a ser também entidade supervisora a Associação Mutualista investiu em dívida subordinada do Banco Montepio cerca de 180 milhões €, para o recapitalizar, dívida esta que envolve também risco. É importante recordar tudo isto neste momento, para que fique claro a responsabilidade dos supervisores e do governo na situação atual do grupo Montepio, nomeadamente da Associação Mutualista e do Banco Montepio, e que não sejam os associados a pagar com as suas poupanças as consequências das falhas de supervisão e do facto do governo não ter feito cumprir a lei. E também não devem ser os trabalhadores do Banco Montepio a pagar toda este descontrolo com a perda do seu emprego, agora ameaçado pelo “programa multi-dimensional e plurianual” do conselho de administração.

O governo e os supervisores têm grandes responsabilidades na situação atual do grupo Montepio (AMMG e BM), têm de assumir as suas responsabilidades e têm, por isso, de contribuir para que se encontre uma solução para resolver os graves problemas que enfrenta atualmente o Montepio. Não podem, à semelhança de Pilatos, lavar as mãos e deixar que sejam os associados e os trabalhadores a suportar as consequências de uma situação que resulta também aqui de uma falha grave de supervisão efetiva e da falta de intervenção atempada do governo para fazer cumprir a lei. **A fusão/absorção pelo o BCP, teria consequências dramáticas quer para os associados (perderiam uma parte importante das suas poupanças, pois o BCP compraria a saldo o Banco e a diferença teria de ser suportada pelos associados), quer para os trabalhadores** (a maioria deles seriam despedidos por desnecessários) **quer para o Montepio** que ficaria sem o seu principal instrumento de intervenção. **É PRECISO REPUDIAR TAL SOLUÇÃO COM TODA A FORÇA**

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

SOBRE O ANÚNCIO DA “REDUÇÃO” DE 600 A 900 TRABALHADORES E DE 77 AGÊNCIAS DO BANCO MONTEPIO FEITO NUM COMUNICADO AOS TRABALHADORES POR CARLOS TAVARES E PEDRO LEITÃO

A situação das empresas do grupo Montepio (é nelas que estão aplicadas a maior parte das poupanças dos associados daí a sua importância) e da Associação Mutualista não melhorou em 2020. Os prejuízos apresentados pelo Banco Montepio no 1º semestre de 2020, o mais importante ativo que garante as poupanças dos associados, são um indicador claro que a situação não é boa, mas os supervisores, governo e acionista mantêm-se passivos e cegos e nada fazem. Toda esta situação tende-se a agravar mais com o tempo devido à crise causada pelo COVID, o que tornará mais difícil e cara a recuperação.

Recentemente assistiu-se a mais um insólito episódio no Banco Montepio que desacreditou os seus autores, gerou desconfiança e afetou a reputação do banco. A administração apresentou às empresas de rating e ao supervisor um “*programa multi-dimensional e plurianual*” que, na prática, substitui o dispendioso “Plano de transformação” da mesma administração, onde prevê a redução entre 600 a 900 trabalhadores e o fecho 77 agências, mas escondeu essa intenção durante muito tempo, negando mesmo aos trabalhadores e aos restantes associados, que só souberam dela, em 1ª mão, pelos jornais. O faltar à verdade é incompatível com a ética mutualista, assim como é incompatível com os princípios mutualistas tomar decisões desta natureza e com tais implicações nas costas dos associados e dos trabalhadores que são também associados.

Os trabalhadores não poderão ser aqueles que têm de pagar os erros, incompetências e incapacidades das administrações. Sou frontalmente contra isso. Que fique clara a minha posição.

Perante a incapacidade que a atual administração tem revelado para aumentar o negócio bancário, até porque praticamente toda ela não tem experiência de banca comercial como é o Banco Montepio (mais uma herança de Tomás Correia a que o Banco de Portugal não teve a coragem de se opor), ela pensa que pela via da redução dos custos, ou seja, diminuindo drasticamente o número de trabalhadores e de agências, conseguirão recuperar o banco já que são incapazes de aumentar o negócio bancário através de uma gestão capaz e eficiente. É um caminho ilusório que pretendem seguir que só pode levar a transformação do Banco Montepio numa “caixinha económica” que rapidamente seria engolida por um grande banco (o BCP já se disponibilizou para isso) a preço de saldo com consequências graves para as poupanças dos associados, cujos capitais depositados na Associação Mutualista sofreriam grandes cortes e para muitos trabalhadores do Banco Montepio que seriam certamente despedidos por redundantes.

SOBRE A SITUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA MONTEPIO GERAL

Em 2019, a Associação Mutualista teve um prejuízo de 408,8 milhões € (nossa “Informação 2/2020 aos associados”). E isto porque teve de constituir imparidades (custos) no montante de 377,5 milhões €, impostas pelo novo auditor – a PwC- para compensar a destruição das poupanças dos associados no Banco Montepio causada fundamentalmente pela gestão ruinosa das administrações de Tomás Correia. O Banco Montepio estava registado nas contas da Associação Mutualista como valesse 1.877 milhões €, quando os Capitais Próprios do banco (diferença entre o ATIVO e o PASSIVO) eram, no fim de 2019, apenas de 1.452 milhões €, ou seja, valia na contabilidade do banco menos 425 milhões € do que estava registado nas contas da Associação Mutualista (no fim do 1ºsem.2020 ainda valia menos). Se deduzirmos ao “Ativo” da Associação Mutualista os “ativos por impostos diferidos”, que não são ativos reais (são ativos fictícios) pois não servem nem para pagar dívidas a credores nem para reembolsar os associados das suas poupanças, conclui-se que **o Ativo da Associação Mutualista (que inclui tudo que ela possui ou tem a receber) é já inferior ao seu Passivo (tudo aquilo que deve, incluindo as poupanças e rendimentos destas aos associados) em 453 milhões €, o que não garante o reembolso da totalidade dos 3.000 milhões € de poupanças que os associados têm aplicados na Associação.** E no 1º sem.2020, a Associação Mutualista melhorou um pouco (teve um excedente de 8,5 milhões €), o que é positivo, embora com pouco impacto para recuperar o que perdeu com a administração ruinosa de Tomás Correia. O grupo Montepio precisa de uma administração capaz, que não tem, e do apoio do governo para gerar confiança e ter tempo para recuperar o enorme valor que foi destruído pela gestão ruinosa das administrações de Tomás Correia. **A Associação Mutualista necessita de uma administração baseada numa unidade alargada dos associados para salvar o Montepio, que não existe na atual, pois a atual ainda foi escolhida por Tomás Correia.** E também precisa que se tomem medidas adequadas, e que não se esperem por milagres que não existem. O que se verifica é que a administração da AMMG é incapaz disso e de impor uma gestão competente nas empresas do Montepio e de exigir responsabilidades e tomar medidas face ao incumprimento sistemático do “Funding and Capital Plan” do Banco Montepio e dos planos de negócio do banco e do das outras empresas do grupo Montepio.

. O BANCO MONTEPIO, QUE É O PRINCIPAL ATIVO DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA PARA GARANTIR AS POU- PANÇAS DOS ASSOCIADOS, TEVE UM PREJUÍZO DE 51,3 MILHÕES NO 1º SEM.-2020 COM PEDRO LEITÃO

O quadro 1, com dados da Demonstração de Resultados do Banco Montepio, mostra os resultados obtidos pelo banco com as administrações de Tomás Correia, de Félix Morgado, de Carlos Tavares e de Pedro Leitão.

Quadro 1- DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS DA CEMG/BANCO MONTEPIO - Dezembro 2015 / Junho 2020							
RÚBRICAS	Dez.2015 Tomás Correia Milhões €	Dez.2016 Félix Morgado Milhões €	Dez.2017 Félix Morgado Milhões €	Dez.2018 Carlos Tavares Milhões €	Dez.2019- Carlos Tavares Milhões €	Março 2020 Carlos Tavares Milhões €	Junho 2020 Pedro Leitão Milhões €
Juros e rendimentos similares (redução elevada dos juros de operações ativas devido redução crédito)	643	534	421	364	316	75	146
Juros e encargos similares (redução juros de depósitos superior à diminuição de juros de crédito)	416	281	154	116	80	16	32
MARGEM FINANCEIRA (Manutenção Margem financeira conseguida com uma redução dos juros pagos aos depositantes superior à queda dos juros de crédito)	228	253	266	248	237	59,5	114,7
Rendimentos de instrumentos de capital	4	12	13	8	8	1,0	1,7
Margem financeira alargada	231	265	279	256	244	60,5	116,4
Receitas de comissões	135	136	150	149	148		
Encargos com comissões	33	34	30	31	27		
COMISSÕES LIQUIDAS (aumento de receitas com comissões apesar de diminuição da carteira de crédito)	102	101	120	118	122	30,1	56,1
PRODUTO BANCÁRIO "CORE" (negócio bancário)	329	355	386	366	358	89,6	170,8
Resultados operações financeiras	114	54	71	11	51	15,9	7,2
Outros resultados			36	-8	14	1,2	-10,8
PRODUTO BANCÁRIO	455	372	505	377	429	107,8	168,9
CUSTOS OPERACIONAIS	359,3	283,8	268,0	259,6	254,3	64,3	127,5
Custos com pessoal	204,0	165,5	156,2	156,0	157,6	39,4	78,8
Gastos gerais administrativos	128,7	94,0	87,0	77,7	65,5	16,4	32,5
Amortizações	26,6	24,3	24,8	25,9	31,2	8,5	16,2
COST-TO-INCOME (Custos operacionais/Produto bancário)	78,9%	76,4%	53,0%	68,9%	59,3%	59,6%	75,5%
CUSTOS OPERACIONAIS/PRODUTO BANCÁRIO "CORE"	109,1%	80,0%	69,4%	70,8%	71,0%	71,8%	74,6%
Imparidades de crédito líquidas	259	182	138	73	120	30,4	109,4
Imparidades de outros ativos líquidas de reversões e recuperações	101	79	31	21	21	6,0	12,8
SOMA DAS IMPARIDADES	359	261	168	94	141	36,4	122,2
RESULTADOS ANTES IMPOSTOS	-269	-174	46	26	34	6,9	-81,2
Impostos correntes (-)	1	-2	6	1	1		-25
Impostos diferidos (+)	25	98	-36	-46	-22		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-243,4	-84,5	6,0	15,8	24,2	5,4	-51,3

FONTE: Contas anuais de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, e junho 2020 - Caixa Económica Montepio Geral, Banco Montepio

Os principais dados das Demonstrações de Resultados do Banco Montepio referente ao período que vai de Dezembro de 2015 (*administração de Tomás Correia*) a Junho de 2020 (*já com Pedro Leitão como presidente da Comissão Executiva*) revelam que o banco não está a conseguir recuperar da grave situação deixada pela gestão ruínoza das administrações de Tomás Correia, tendo-se mesmo agravado a situação no 1º sem.2020 com a gestão de Pedro Leitão, de que é prova os elevados prejuízos verificados.

A Margem financeira, que resulta da atividade por excelência de um banco como é do Banco Montepio, que é a intermediação (*captação de depósitos e concessão de crédito*), não tem aumentado, pelo contrario até tem tendência de estagnação ou mesmo diminuído. A Margem Financeira desde 2017 (*último ano da administração de Félix Morgado*) têm sempre diminuído (*em 2020, no 1º semestre foi apenas de 114,7 milhões €, o que extrapolando para o ano obtém-se 229,4 milhões €, um valor inferior ao de 2019 que foi 237 milhões €*). E estes valores só têm sido obtidos à custa dos depositantes, cujas taxas de juros pagas pelos seus depósitos têm sido reduzidas drasticamente para valores próximos de zero. No 1º sem.2020, as receitas do Banco Montepio resultantes das comissões cobradas atingiram 146 milhões €, enquanto as taxas pagas aos depositantes, apesar de ser com os seus depósitos que se concedeu a maioria do crédito, somou apenas de 32 milhões €, ou seja, 4,5 vezes menos. E para além disso tiveram de pagar uma parte importantes das **comissões** (*no Banco Montepio, as comissões líquidas, portanto depois de deduzidas as pagas, atingiram 56,1 milhões € no 1º sem.2020*). Todos os bancos, e não apenas o Banco Montepio, têm funcionado à custa de uma sobre exploração dos depositantes. E isto porque os juros irrisórios que estes recebem pelos seus depósitos são insuficientes para cobrar as múltiplas comissões criadas pela banca para arrecadar receitas.

O Produto bancário, que está para a banca como o Valor acrescentado está para as empresas, que tinha aumentado significativamente em 2017 com a administração de Félix Morgado (505M€), diminuiu no 1º ano da administração de Carlos Tavares verificando-se, no entanto, uma recuperação no 2º ano (2019). No entanto, os dados do 1º semestre de 2020 indiciam uma quebra importante (*extrapolando para o ano obtém-se apenas 338 milhões o que é muito preocupante, pois em 2019 foi de 429 milhões €, ou seja, a concretizar-se aquela estimativa registrar-se-á em 2020 uma quebra que atingirá 21,2%, o que confirmaria o agravamento da situação do banco*).

O "cost-to-income", que se obtém dividindo os "Custos operacionais pelo Produto bancário", que é um dos indicadores mais importantes utilizados na banca para avaliar a qualidade da gestão e solidez do banco, registou no fim do 1º semestre de 2020 um aumento extremamente preocupante e insustentável – **entre Março e Junho de 2020, subiu de 59,6% para 75,5%** - o que reforça a ideia de que a atual administração executiva do banco não consegue trilhar o caminho da recuperação do banco. E esta percentagem de "cost-to-income" (75,5%) pode levá-la a pensar que a solução para o banco está na redução brutal dos custos, fechando dezenas de balcões e despedindo centenas de trabalhadores, que é a solução fácil para os gestores, mas seria o suicídio do banco que ficaria com falta de dimensão.

Um outro aspeto preocupante é o aumento significativo das **imparidades** no 2º Trimestre de 2020. Em 2020, até março tinham sido constituídas 36,4 milhões €, sendo 30,4 milhões referentes a créditos concedidos. No fim de junho, o total de imparidades constituídas subiu para 122,2 milhões € (3,3 vezes mais do que até março), sendo 109,4 milhões € imparidades de crédito. E isto apesar na informação referente ao 1º semestre, o Banco Montepio informar ter concedido “34.000 moratórias (no valor de 3.000 milhões €) 20.500 das quais foram concedidas a 20.500 famílias 13.500 empresas”. Portanto, quando a moratória terminar é de prever que a constituição de imparidades disparará devido ao incumprimento de famílias que perderam rendimentos ou de empresas que faliram ou estão numa situação muito difícil.

Como consequência de tudo isto, e também sendo um indicador claro da evolução da situação negativa do banco, os **RESULTADOS LIQUIDOS** passaram, entre março e junho de 2020, de +5,4 milhões € (positivos) para -51,3 milhões € (negativos). Contrariamente ao que afirma o presidente do conselho de administração da Associação Mutualista, o que prova que ele está enganado embora persista no erro, o Banco Montepio é incapaz de criar capital interno pela via dos lucros para se recapitalizar; pelo contrário o que se tem verificado é uma contínua destruição dos reduzidos e insuficientes Capitais próprios .

CRÉDITO CONCEDIDO É INSUFICIENTE PARA RECUPERAR O BANCO MONTEPIO, O RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO É BAIXO E INFERIOR A 100%, E A DESTRUIÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONTINUA

O Balanço de um banco dá uma fotografia dele num determinado ano, e se for de vários anos permite obter uma visão quantificada da sua evolução ao longo dos anos. É precisamente esse o objetivo do quadro 2 onde constam os dados mais importantes dos balanços do Banco Montepio do período 2015/2020, e com base do qual se fica com a ideia clara da sua evolução e do tipo de gestão e dos resultados conseguidos pelos diferentes conselhos de administração em funções ao longo dos anos.

Quadro 2- BALANÇO CONSOLIDADO DA CEMG/BANCO MONTEPIO - Dezembro 2015/Junho 2020							
RÚBRICAS	Dez.2015 Tomás Correia Milhões €	Dez.2016 Félix Morgado Milhões €	Dez.2017 Félix Morgado Milhões €	Dez.2018 Carlos Tavares Milhões €	Dez. 2019 Carlos Tavares Milhões €	1º Trim. 2020 Carlos Tavares Milhões €	Junho 2020 Pedro Leitão Milhões €
ATIVO LIQUIDO (a dimensão do banco)	21 145	21 346	20 200	18 351	17 740	17 529	17 882
Caixa e em Bancos centrais	424	381	1 734	1 611	1 004	705	915
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	238	70	312	288	2 276	305	49
Títulos e outros instrumentos (risco elevado)	3 069	2 400	2 385	2 954	3 148	3 126	3 319
Aplicações em títulos e outros instrumentos em % Ativo líquido (indicador de risco crescente, pois existe risco de menos-valias)	14,5%	11,2%	11,8%	16,1%	17,7%	17,8%	18,6%
CREDITO BRUTO	15 944	15 041	14 063	13 078	12 552	12 401	12 578
Imparidades de crédito acumuladas	1 282	1 180	1 034	955	1 088	874	1 024
CREDITO LIQUIDO (diminuição acentuada da carteira de crédito e reduzido crescimento em 2020 impede recuperação do banco)	14 662	13 861	13 029	12 123	11 465	11 527	11 554
Ativos não correntes disponíveis para venda (dações: apartamentos, terrenos , etc., de clientes por dívidas)	755	760	742	738	(transferido para outra empresa)	191	179
Propriedades de investimento	692	608	539	253	145	138	135
Ativos por impostos diferidos	404	522	466	460	435	440	466
PASSIVO	19 801	19 889	18 437	16 814	16 288	16 118	16 523
Recursos bancos centrais	2 277	2 323	1 558	1 395	1 291	1 332	1 637
RECURSOS DE CLIENTES (depósitos) E OUTROS EMPRESTIMOS	12 969	12 468	12 561	12 575	12 525	12 300	12 422
Responsabilidades representadas por títulos	2 031	1 920	1 544	1 094	1 390	1 352	1 327
RECURSOS CLIENTES+ RESPONSABILIDADES TITULOS (as responsabilidades são também recursos de clientes)	15 000	14 388	14 105	13 669	13 915	13 652	13 749
PASSIVOS SUBORDINADOS (aplicações da Associação Mutualista já que nenhuma outra entidade manifestou interesse e era necessário para cumprir rácio de capital total)	333	251	236	50	158	161	211
Outros passivos	204	247	371	205	221	287	246
RÁCIO TRANSFORMAÇÃO (Crédito líquido/Depósitos) - a redução indica ineficiência crescente	113,1%	111,2%	103,7%	96,4%	91,5%	93,7%	93,0%
NPE (Creditos não produtivos/Crédito bruto)	20,7%	18,7%	16,4%	14,4%	12,2%	12,1%	11,9%
NPE (Creditos não produtivos) - Milhões €	3 300	2 813	2 306	1 883	1 531	1 501	1 497
CAPITAIS PRÓPRIOS (redução entre 2017 e junho 2020, significa destruição de capitais próprios)	1 344	1 456	1 763	1 563	1 452	1 410	1 359
RESERVAS (de justo valor, resultados transitados e outras reservas - prejuizos acumulados e outras perdas)	-318	-656	-703	-939	-1 008	-1 033	-1 072
CAPITAL SOCIAL (capital investido pela Associação Mutualista superior em 1.061 milhões € aos Capitais Próprios existente em junho 2020, que foram destruídos)	1 500	1 770	2 420	2 420	2 420	2 420	2 420

FONTE: Contas anuais de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e junho 2020 - Caixa Económica Montepio Geral, Banco Montepio

Entre dez.2015 e jun.2020, as **aplicações em títulos aumentaram**, representando, em junho de 2020, **18,6% do Ativo líquido total**, certamente um dos rácios mais elevados em toda a banca em Portugal. E isto quando tais aplicações envolvem risco elevado (*risco de taxa de juro, de taxa de câmbio, etc.*) e não se enquadrarem nas características e na atividade “core” do Banco Montepio, que não é um banco de investimento nem de especulação. E tal situação torna-se ainda mais insólita quando se constata que, **no 2º trim.2020, com Pedro Leitão, o crédito líquido aumentou apenas 27 milhões €, mas as aplicações em títulos cresceram 193**

milhões €, ou seja, sete vezes mais. É claro haver uma distorção na missão e nos objetivos do Banco Montepio.

A segunda constatação que se tira da análise dos balanços, é a **diminuição significativa da carteira de crédito e a perda de quota de mercado, apenas interrompida em 2020, com uma ligeira e insuficiente recuperação**. Entre Dez.2015 e Dez.2019, a carteira de crédito líquido do Banco Montepio diminuiu de 14.662 milhões € para 11.465 milhões €, ou seja, sofreu uma redução de 3.197 milhões € (-21,8%), tendo -se registado no 1º sem.2020 um ligeiro aumento de 99 milhões € (+0,7%). E o Banco Montepio sem aumento do negócio bancário não recupera, nem assim recupera mais de mil milhões € de poupanças dos associados destruídos fundamentalmente pela gestão ruinosa das administrações de Tomás Correia, nem cria capital interno para se poder auto - recapitalizar. Para agravar tudo isto, e apesar dos elevados montantes de carteiras de créditos vendidas a grupos financeiros que depois as recuperaram com um lucro que se estima entre 20% a 30%, o que significa que o BM perde isso, e do elevado crédito abatido ao ativo, **em jun.2020, o Banco Montepio ainda tinha 11,9% de NPE, o que corresponde a 1.497 milhões € de créditos improdutos. E pouco se tem feito para o recuperar**

O **Rácio de transformação**, que se obtém dividindo o crédito líquido pelos depósitos alcançou, em junho de 2020, o seu valor mais baixo, apenas 93%, o que significa que, por cada 100€ de depósitos que o Banco capta apenas concede 93€ de crédito, o que revela ineficiência e incapacidade de gestão

Um aspeto positivo a valorizar é o **rácio de liquidez** (LCR), que resulta da estabilidade dos depósitos dos clientes no Banco Montepio. Entre dez.2015 e jun.2020 diminuíram apenas em 547 milhões €, verificando-se uma ligeira recuperação de 122 milhões € no 2º trim.2020. Esta evolução na liquidez determina que o rácio de liquidez (LCR) do banco (179,9% em 31/12/2019) seja muito superior ao exigido pelo Banco de Portugal

A destruição dos Capitais próprios do Banco Montepio continua. Entre dez.2019 e jun.2020, os Capitais próprios do banco diminuíram de 1.452 milhões € para 1.359 milhões €, ou seja, sofreram uma redução de 93 milhões €. O capital social do Banco Montepio é de 2.400 milhões € como consta do balanço, cerca de 99,9% são poupanças e rendimentos dos associados que foram investidos no banco. Como em jun.2020 os seus Capitais próprios eram 1.359 milhões €, isto significa que foram destruídos por uma gestão desastrosa 1.041 milhões €. Esta é a realidade que é escondida aos associados

Esta destruição enorme do Capitais próprios do Banco Montepio tem duas consequências graves. A primeira, é a redução dos rácios de capital como vamos mostrar, o que reduz e limita drasticamente a capacidade do Banco Montepio para conceder crédito. A segunda, é o seu efeito na Associação Mutualista. Após a constituição de 377,5 milhões € de imparidades em 2019, o Banco Montepio encontra-se valorizado nas contas da Associação Mutualista por 1.511 milhões €. Mas de acordo com as contas do banco ele vale apenas 1.359 milhões €, ou seja, menos 152 milhões €. Para que o valor que está nas contas da Associação Mutualista fosse igual ao que consta das contas do Banco Montepio tinha-se de constituir mais 152 milhões€ de imparidades na Associação Mutualista, o que determinaria o aumento dos prejuízos desta (AMMG) nesse montante.

A REDUÇÃO DOS RÁCIOS DE CAPITAL, DE BALCÕES E DE TRABALHADORES DO BANCO MONTEPIO EM 2015/2020

O quadro 1 mostra o que tem acontecido em áreas importantes no Banco Montepio nos últimos anos

Quadro 1- Rácios de capital e de liquidez, numero de trabalhadores e de balcões do Banco Montepio- 2015-						
RÚBRICAS	Dez.2015 Tomás Correia Milhões €	Dez.2016 Félix Morgado Milhões €	Dez.2017 Félix Morgado Milhões €	Dez.2018 Carlos Tavares Milhões €	Dez.2019 Carlos Tavares Milhões €	Junho 2020 Pedro Leitão Milhões €
ATIVOS PODERADOS PELO RISCO (RWA)	13 962	12 830	11 875	10 731	10 299	10 429
Common Equity Tier 1 (CET 1)	8,82%	10,4%	13,2%	13,5%	12,4%	11,5%
Tier 1	8,82%	10,4%	13,2%	13,5%	12,4%	(?)
Rácio Total	9,74%	10,9%	13,3%	14,1%	13,9%	13,5%
Liquidity Coverage Ratio (LCR)- Racio liquidez	111,4%	106,6%	153,2%	151,0%	179,9%	(?)
NPE(Non Performing Exposures)/Crédito bruto	20,7%	18,7%	16,4%	14,3%	12,2%	11,9%
NPE(créditos improdutos) Milhões €	3 300	2 813	2 306	1 870	1 531	1 497
Balcões em Portugal	421	327	324	324	332	328
CEMG Portugal - Trabalhadores	3871	3 588	3 630	3 566	3 563	3962
Grupo CEMG - Balcões	451	360	358	348	353	328
Grupo CEMG - Trabalhadores (*)	4248	3 806	4 189	3 944	3 962	3962

FONTE: Contas anuais de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 , e junho 2020 - Caixa Económica Montepio Geral, Banco Montepio

Como revela o quadro 1, os rácios de capital diminuem desde dez.2018 (CET1: de 13,5% para 11,5%; Rácio total de 14,1% para 13,5%), o que é preocupante pois limita a concessão de crédito e o negócio bancário. E a situação não é ainda mais grave devido a flexibilização dos rácios mínimos de capital permitida pelos supervisores devido ao “coronavírus”, pois se isso não fosse permitido o Banco Montepio seria obrigado a recapitalizar-se novamente sem que a Associação Mutualista o pudesse fazer. O aspeto positivo, é o elevado rácio de liquidez (179,9% em dez.2019) muito superior ao exigido pelo Banco de Portugal (110%). **O banco**

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

tem liquidez, mas não tem capital para poder conceder mais crédito. A agravar tudo isto, em jun.2020, o Banco Montepio ainda tinha créditos improdutivos (NPE) no montante de 1.497 milhões €. A redução, entre 2015 e 2020, do número de trabalhadores (286) e de balcões (123) mostra que não é pela redução de trabalhadores e balcões que o BM conseguirá recuperar a enorme destruição que sofreu com a gestão de Tomás Correia. É uma “receita” que já mostrou a sua ineficácia.

A FALSA SOLUÇÃO DE RESOLVER A INSUFICIÊNCIA DE CAPITAIS PELA REDUÇÃO DRÁSTICA DOS CUSTOS, FECHANDO BALCÕES E DESPEDINDO TRABALHADORES, E A INCAPACIDADE DA GESTÃO

Desde 2013, que **CEMG/Banco Montepio (BM)** não transfere um cêntimo de dividendos para Associação Mutualista, apesar desta ter aplicado no banco 2.375 milhões € que não tem rendido nada; pelo contrário, uma parte desse capital dos associados foi delapidado, e desapareceu, por uma gestão ruínosa. E em 2020 está a acontecer o mesmo, como os resultados do 1º semestre revelam.

A rentabilização das poupanças dos associados aplicadas no banco tem sido nula, e mesmo o seu capital tem sido delapidado (*mais 1.000 milhões € desapareceram*). Mas não é só o Banco Montepio que não tem gerado rendimentos para Associação Mutualista. As empresas de seguros, que depois da banca é o setor em que a Associação Mutualista investiu mais (*desde 2014, mais de 200 milhões €*), os resultados líquidos na **Lusitânia SA (não vida)** foram mais uma vez desanimadores em 2019 (6,2 milhões € de prejuízos em 2019). Apenas se tem salvado a **Lusitânia Vida**, que **continuou a apresentar lucros (+5,1M€ em 2019)** mas não suficientes para compensarem a Associação Mutualista dos prejuízos da outra da Lusitânia SA. Se não fosse a Lusitânia vida a situação seria mais grave. **Nos últimos anos, os resultados dos investimentos da Associação Mutualista têm sido ruínosos para os associados, pois a rentabilidade tem sido praticamente nula e uma parcela das poupanças desapareceram.**

É face a esta incapacidade para inverter esta situação que surge o chamado “**programa multi-dimensional e plurianual**” do Banco Montepio que visa o despedimento de cerca de 900 trabalhadores e o fecho de 77 agências, o que, a concretizar-se, reduziria o banco à irrelevância, pois perderia a dimensão mínima para sobreviver e seria facilmente engolido por um banco de maior a preço de saldo.

A necessidade de obter o apoio do governo para gerar confiança e de encontrar um parceiro da mesma área que o recapitalize para sair do anel de ferro que o está a estrangular é uma necessidade urgente. Infelizmente o acionista ainda não acordou e está num estado de negação. O aumento do capital do Banco Montepio é vital para que possa conceder crédito, aumentar a carteira de crédito, sobreviver e recuperar. A criação orgânica de capital pela via da redução drástica dos custos como a atual administração pretende fazer é uma ilusão que só pode levar à fragilização e destruição do banco, e ao agravamento da situação. O Banco Montepio precisa de mais capital para funcionar e sobreviver, e não é capaz de criar internamente esse capital nem a Associação Mutualista poderá recapitalizá-lo porque não possui meios para isso e também porque não pode aumentar o risco de concentrando a aplicando mais poupanças dos associados no banco, que já ultrapassa largamente a permitida pela lei (*esta permite 10% do valor do seu ativo, e ela já tem mais de 50%*). O Banco Montepio também precisa de uma administração mais capaz com experiência de banca comercial que não tem. É preciso acordar para a realidade e tomar decisões rápidas se se quer salvar o banco. E não é pela via da redução drástica dos custos, como a atual administração quer fazer, que se salva o Banco Montepio mas sim com mais negócio bancário o que exige uma administração com experiência de banca comercial que esta não tem. Chega-se a absurdo de querer despedir centenas de trabalhadores ao mesmo tempo que se contrata trabalhadores com salários muito elevados, situação essa que é fortemente comentada e criticada internamente. Não é assim que se resolvem os problemas do Banco Montepio. É urgente por cobro ao desnorte reinante e à falta de governabilidade no banco. E o atual conselho de administração do acionista, ou seja, da Associação Mutualista já deu provas que é incapaz disso.

É URGENTE QUE OS ASSOCIADOS EXIJAM E PARTICIPEM NUMA MUDANÇA NO MONTEPIO SE O QUEREM SALVAR E DEFENDER TAMBÉM AS SUAS POUPANÇAS. É URGENTE ELEIÇÕES PARA RENOVAR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E OS ORGÃOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA PARA OBTER O APOIO E A CONFIANÇA DO ASSOCIADOS E ESTABELECEM RAPIDAMENTE UM DIÁLOGO CONSTRUTIVO COM O GOVERNO, QUE O ATUAL CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AMMG SE MOSTRA INCAPAZ DE O FAZER.

Espero que mais uma vez os supervisores (governo; ASF e Banco de Portugal) **NÃO ADIEM DECISÕES** pois já estão suficientemente alertados e não venham depois dizer que “não sabiam”. E não se deixem enganar por todos aqueles que dizem que “tudo está bem” e que o Montepio não necessita do apoio do governo e de um acionista da mesma área social para o recapitalizar porque quanto mais tempo mais difícil e cara será a solução.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt,
26-9-2020